

## DESLOCAMENTOS E MUTAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA - A BIOGRAFIA E OUTROS CAMPOS HISTÓRICOS<sup>1</sup>

*José D'Assunção Barros<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados às diversas modalidades da História, criticando os critérios que presidem estas divisões historiográficas e sintetizando uma visão panorâmica dos vários campos em que se divide o conhecimento histórico nos dias de hoje, particularmente no que se refere às divisões historiográficas que denominaremos “domínios”. Entre outros domínios possíveis, enfatizamos no texto o domínio da Biografia Histórica. Ao lado disto, são discutidos ainda aspectos diversos, incluindo os objetos, fontes e abordagens mais comuns a cada um dos campos aqui discutidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Campos da História, metodologia da historia; escrita da história, Biografia.

**ABSTRACT:** This article attempts to clarify and discuss some aspects related to the modalities of History, criticizing the categories in which ones these modalities are elaborated, and organizing a panoramic view of the various fields in which ones the historical knowledge is divided nowadays. Among others, the article emphasizes the domain of the Historical Biography. Otherwise, the aspects to be discussed are diverse, and include the objects, sources and approaches more common in the fields presented here.

**KEY WORDS:** Fields of History, historical methodology; historical writing, Biography.

A História, nos dias de hoje, divide-se em inúmeras modalidades. Ouve-se falar em História Cultural, em História das Mentalidades, em História do Imaginário, em Micro-História, em História Serial, em História Quantitativ... o que define estes e outros campos? Em obra recente, tivemos por objetivo central precisamente o

<sup>1</sup> O presente artigo remete, como referência principal, a um livro publicado recentemente pelo autor, e que se refere a um estudo das várias modalidades da História. BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História - Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004, 222 p.

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombras (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História. E-mail: [jose.assun@globo.com](mailto:jose.assun@globo.com)

esclarecimento destas várias modalidades do saber histórico, discutindo suas singularidades, suas interpenetrações umas com as outras, suas relações interdisciplinares, suas fontes e objetos privilegiados (BARROS, 2004).

A tese central daquele trabalho é a de que existem três grandes grupos de critérios que presidem a divisão da História em modalidades mais específicas, e a de que muito da confusão sobre o que é uma sub-especialidade ou o que é outra, ou sobre como enquadrar uma dada obra neste complexo caleidoscópio de sub-especialidades que coincide com o campo disciplinar da História, está no fato de que algumas coletâneas de balanceamentos historiográficos misturam inadvertidamente critérios de classificação sem alertar devidamente o leitor, que acaba perdendo a oportunidade de desenvolver uma maior clareza sobre a rede de modalidades que organiza o pensamento historiográfico na atualidade.

A chave para compreender estes vários campos da História, conforme a argumentação que desenvolvemos na referida obra, está em distinguir muito claramente as divisões que se referem a *dimensões* (enfoques), as divisões que se referem a *abordagens* (ou modos de fazer a História), e as divisões intermináveis que se referem aos *domínios* (áreas de concentração em torno de certas temáticas e objetos possíveis).

Para registrarmos algumas exemplificações, podemos dizer que o primeiro grupo de critérios que gera divisões internas na disciplina histórica e que se refere ao que chamamos de *dimensões* corresponde àquilo que o historiador traz para primeiro plano no seu exame de uma determinada sociedade: a Política, a Cultura, a Economia, a Demografia, e assim por diante. Desta maneira, teríamos na História Econômica, na História Política, na História Cultural ou na História das Mentalidades campos do saber histórico relativos às dimensões ou aos enfoques do historiador. Um historiador cultural, por exemplo, estuda os fatos da cultura; um historiador político estuda o poder nas suas múltiplas formas; um historiador demográfico orienta o seu trabalho em torno da noção que lhe é central de “população”.

Um segundo grupo de critérios para estabelecer divisões no saber histórico é o que chamamos de *abordagens*, referindo-se aos métodos e modos de fazer a História, aos tipos de fontes e também às formas de tratamento de fontes com os quais lida o historiador. São divisões da História relativas a *abordagens* a História Oral, a História Serial, a Micro-História e tantas outras. A História Oral, por exemplo, lida com fontes orais e depende de técnicas como a das entrevistas;

a História Serial trabalha com fontes seriadas - documentação que apresente um determinado tipo de homogeneidade e que possa ser analisada sistematicamente pelo historiador. A Micro-História refere-se a abordagens que reduzem a escala de observação do historiador, procurando captar em uma sociedade aquilo que habitualmente escapa aos historiadores que trabalham com um ponto de vista mais panorâmico, mais generalista ou mais distanciado.

Por fim, podemos pensar divisões da História que chamaremos de *domínios*, e que se referem a campos temáticos privilegiados pelos historiadores. O objetivo deste artigo será precisamente o de refletir sobre os vários domínios da História que têm surgido e desaparecido no horizonte de saber desta complexa disciplina que é a História. Estamos falando de domínios quando nos referimos a uma História da Mulher, a uma História do Direito, a uma História de Sexualidade, a uma História Rural, ou a uma História da Vida Privada. Tentaremos esclarecer a seguir este grupo de critérios.

Os *domínios* da História são na verdade de número indefinido. Alguns domínios podem se referir aos 'agentes históricos' que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, o trabalhador, as massas anônimas), outros aos 'ambientes sociais' (rural, urbano, vida privada), outros aos 'âmbitos de estudo' (arte, direito, religiosidade, sexualidade), e a outras tantas possibilidades. Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim, e qualquer um poderá começar a pensar por conta própria as inúmeras possibilidades.

Tal como dissemos, os critérios de classificação que estabelecem domínios da História referem-se primordialmente às temáticas (ou campos temáticos) escolhidas pelos historiadores. São já áreas de estudo mais específicas, dentro das quais se inscreverá o objeto de investigação e a problemática constituídos pelo historiador.

A maioria dos *domínios* históricos presta-se a historiadores que trabalham com diferentes *dimensões* históricas, e certamente às várias *abordagens*. Mas existem domínios que têm muito mais afinidade com uma determinada dimensão, dada a natureza dos temas por eles abarcados. Assim, a História da Arte ou a História da Literatura são praticamente sub-especialidades da História Cultural (embora se deva chamar atenção para uma História Social da Arte, ou uma História Social da Literatura, que não deixam de ser possibilidades dentro da História Social).

De modo análogo, um domínio como o da História das Imagens (entendida como história das imagens visuais obtidas a partir de fontes iconográficas, fotográficas, etc) é quase que um anexo da História do Imaginário. Mas, bem entendido, uma série de imagens visuais tomadas como fontes históricas sempre poderá dar a perceber qualquer das dimensões que discutimos atrás, como a História Econômica, a História Política, a Geo-História ou a História da Cultura Material. Pense-se em uma iluminura de *Livro de Oras*, [Horas] da qual o historiador lança mão para perceber aspectos da economia rural no ocidente medieval, as suas representações políticas, as relações do homem medieval com o seu meio natural ou traços de sua cultura material; ou pense-se em uma pintura impressionista utilizada para captar aspectos da História Social na *Belle Époque*; ou ainda nas cerâmicas gregas utilizadas para levantar aspectos da História Política da Atenas da Antigüidade Clássica. Mas de uma maneira ou de outra, em todos estes casos sempre estará ocorrendo um diálogo evidente da História do Imaginário com uma destas outras dimensões.

Também a História das Representações, por motivos análogos, sempre terá intimidade com o campo definido como História do Imaginário, embora também se abra a uma História das Mentalidades. Já a História do Cotidiano, ou a História da Vida Privada, abrem-se a inúmeros campos de enfoques para além da História das Mentalidades, como a História da Cultura Material, a História Social a História Econômica ou a História Política (neste último caso, focando a questão dos micropoderes). Raciocínios similares podem ser encaminhados para outros domínios igualmente abertos, como a História das Religiões ou a História da Sexualidade.

Conforme estamos vendo, os domínios tendem a ser englobados por uma dimensão (são poucos os casos) ou então partilhados preferencialmente por duas ou mais dimensões. Mas é possível ainda que algum campo que hoje esteja sendo tratado como 'domínio', mas que possua uma abrangência em potencial, possa vir a transformar-se futuramente em uma 'dimensão'. A História da Sexualidade tem sido pouco estudada em relação à importância da sexualidade para a vida humana na concretude diária, e é talvez isto o que lhe dá um *status* de domínio. Mas seguramente esta poderia ser vista como uma dimensão tão fundamental como a Economia, a Política ou as Mentalidades. O que ocorre é que estas não apenas são dimensões significativas que definem a vida humana, elas constituem na verdade 'macro-campos', ou tornaram-se 'macro-campos' devido à atenção que lhes prestaram os

historiadores e outros pensadores.

As dimensões, deve-se ter percebido, são sempre macro-campos capazes de se desdobrar em ambientes internos, de produzir interfaces mais diversificadas, e de darem margem a um número significativo de obras historiográficas. Além disto, para nos apropriarmos de uma imagem de Fernando Braudel utilizada com um sentido totalmente distinto, as dimensões correspondem ao leito do rio, mais perene e abrangente, que só muda muito lentamente; e já os domínios correspondem às espumas que se fazem e refazem na duração mais curta da superfície, por vezes atendendo a tendências da moda ou a movimentos de ocasião (É verdade, contudo, que há domínios extremamente duradouros, conforme veremos oportunamente).

Voltando ao problema de a História da Sexualidade ser atualmente um domínio histórico, e não uma dimensão histórica de acordo com o critério que operacionalizamos neste ensaio, há algo ainda a ser dito. É claro que um novo giro do caleidoscópio historiográfico pode mudar um dia isto, e a Sexualidade poderá então passar a ser apreendida como 'dimensão' historiográfica, inspirando tantas obras como a História Demográfica ou a História Econômica. Mas por ora ela está apenas nos seus primórdios, mesmo que o seu potencial em extensão e capacidade de desdobramentos seja inegável - e para confirmar isto basta lembrar que a primeira *História da Sexualidade*, definida como uma dimensão mais ampla, foi escrita por Michel Foucault há alguns anos atrás (FOUCAULT, 1977-1985), sem que haja muitas experiências no gênero.

O giro do caleidoscópio historiográfico, enfim, ocorre em consonância com as motivações de uma época, com as suas necessidades sociais, com as suas nem sempre perceptíveis imposições políticas, com a sua capacidade de colocar determinados problemas (que geralmente ocorre quando esta sociedade tem a capacidade de resolvê-los, conforme já se disse alhures).

No século XIX, os historiadores praticamente só prestavam atenção à 'dimensão política', e assim mesmo em um pequenino traço da dimensão política. Marx e Engels começaram a atentar para a dimensão econômica, mas também para a dimensão social. Os Annales, no século XX, reforçaram este olhar pioneiro, no que logo foram acompanhados por todos os historiadores que quiseram acompanhar o movimento da modernidade, isto é, o giro do caleidoscópio historiográfico. Depois os olhares dos historiadores foram se voltando sucessivamente para a Demografia, para a Cultura Material, para a Geo-História, para as

Mentalidades, para a Cultura. Nada impede, podemos prever, que novas dimensões apareçam nos horizontes historiográficos das próximas gerações (ou que um domínio migre para o campo mais abrangente das dimensões) e a Sexualidade pode ser uma forte candidata.

Voltando ao campo de critérios que estamos categorizando como domínios, podemos dizer que também existem aqueles domínios que se conservam como setores mais limitados, ou sob estrita vigilância da racionalidade científica, em função de interditos não declarados. No moderno mundo laico e tendente a uma ciência materialista, por exemplo, a Espiritualidade só pode ser um domínio. É difícil que venha a ser reconhecida como uma dimensão historiográfica da vida humana enquanto persistir a atual tendência paradigmática de organizar os saberes científicos. Fora dos ambientes científicos e acadêmicos, contudo, grande parte dos seres humanos acredita ou movimenta-se nisto que eles definem como espiritualidade, inclusive os cientistas. Mas para a Ciência oficial de hoje em dia, este território é por demais ambíguo, avesso a comprovações ou experiências mais diretas. O resultado é que se tem um domínio como a 'História Religiosa' - que pode se desdobrar em histórias dos sistemas religiosos, das Igrejas, das formas espiritualizadas de sentir ou das crenças - mas não uma 'dimensão historiográfica' Religiosa ou da Espiritualidade, com o mesmo *status* científico e gerando tantos desdobramentos como a Economia ou a Política. Em suma, com a História da Igreja poderemos ter a história de uma instituição, com a História da Religião ou das crenças religiosas poderemos ter a história de uma representação, com a História das práticas religiosas (ou da religiosidade *stricto sensu*) poderemos ter a história de uma prática ... mas a História Religiosa definida dimensionalmente da mesma maneira como se define a História Política ou a História Cultural não existe nos atuais parâmetros disciplinares da historiografia.

Até aqui falamos dos domínios históricos que se referem a *âmbitos* (Arte, Sexualidade, Religiosidade, Representações). Conforme definimos antes, existem outras categorias definidoras de domínios históricos que se referem a *agentes históricos* específicos (História da Mulher, História dos Excluídos), ou a determinados *ambientes sociais* (História Rural, História Urbana). Naturalmente que, em um caso ou outro, teremos domínios que se prestam a todos os enfoques (dimensões) possíveis - da História da Cultura Material à História das Mentalidades. Os 'excluídos' podem ser historiados com a atenção

voltada para as Mentalidades, como fez Bronislaw Geremek, com a atenção voltada para a Economia, como fez Kula, ou com a atenção voltada para a Cultura, como fez Thompson, ou com a atenção voltada para o Social, como fez Michel Mollat. A História Urbana ou a História Rural podem ser avaliadas a partir de enfoques direcionados para cada uma das dimensões que já foram mencionadas neste livro, da Cultura Material às Mentalidades - afinal, estes domínios são rigorosamente ambientes menores dentro do mundo humano que não deixam de ser unidades totalizantes (são mundos humanos específicos, que podem ser examinados na totalidade de seus aspectos).

Vale lembrar também que existem os domínios que são aparentemente sub-campos de um domínio maior. A História das Doenças poderia ser inscrita em uma História do Corpo. A História da Prostituição poderia ser inserida na História dos Excluídos (embora em alguns aspectos também possa ser incluída na História da Sexualidade). A História da Criança, da maneira como têm funcionado até hoje as nossas instituições familiares, poderá ser inscrita sem maiores dificuldades em uma História da Família. Tudo isto, por outro lado, ficará bem se englobado por uma História da Vida Privada.

Para além disto, são inúmeros os domínios que se enquadram opcionalmente como sub-campos em mais de um domínio mais abrangente, ou que se localizam nos interstícios situados entre dois ou mais outros domínios. A História da Medicina, enquadrar-se-á na História das Ciências, na História dos Sistemas de Pensamento ou dos sistemas repressivos (como propôs Michel Foucault)... estará em afinidade com os já mencionados domínios da História das Doenças ou da História do Corpo? Incluirá como subconjunto a História da Clínica? Temos nestes e em tantos outros casos um entrelaçado de domínios históricos, abrindo espaços por dentro do labirinto do saber historiográfico.

Poderemos também desviar um pouco do campo da historiografia profissional, para vislumbrar este universo ambíguo e limítrofe que espregueia o saber histórico, mas que também chama a si de História (e quem poderia convencê-los, aos seus cultuadores, de que não temos aí também uma História, tão legítima como as outras?). Existem assim aqueles domínios que são tão pontuais que praticamente se confundem com um objeto único, não faltando entre eles aqueles que beiram o absurdo e que aparentemente poderiam ser inscritos em um campo novo que poderia ser ironicamente denominado de História das Futilidades. Pense-se na História dos Perfumes, na História das

Nádegas, na História do Estupro, ou em uma História do Onanismo, curiosidades que mereceram edições recentes, e que por vezes passam longe da historiografia profissional feita com maior seriedade.

Os domínios da História, enfim, multiplicam-se. Para o bem e para o mal, a criatividade dos historiadores sempre poderá organizar mais e mais campos, prontos a acolherem novos objetos ou a receberem no seu seio objetos antigos, deslocados com um novo propósito. O grupo dos 'domínios' é a parte mais móvel, mais flutuante, mais diversificada e intercambiante do caleidoscópio historiográfico (com o perdão da insistência nesta metáfora). Assim, enquanto as dimensões costumam sofrer alterações em uma duração mais longa (que às vezes pode ser medida em décadas); as abordagens costumam surgir, alterar-se ou serem desativadas com uma rapidez maior, cumprindo uma espécie de média duração; já os domínios, por fim, surgem e desaparecem com a rapidez da curta duração, às vezes perseguindo ditames da moda e caindo para segundo plano tão logo se saturam.

\*

Neste momento passaremos a falar de um domínio, que é na verdade um gênero. A Biografia pode ser tanto encarada como um domínio ou como uma abordagem (neste último caso, um 'campo de observação' ou um 'meio' para alcançar uma História Social ou para realizar um trabalho de Micro-História). Como 'domínio', praticamente se confunde com este 'gênero' historiográfico ou literário que já é conhecido desde a Antigüidade. Se for possível situar a Biografia como domínio, ela será talvez o único domínio tão perene e duradouro quanto a própria História - pois, ao que se sabe, os homens de todas as épocas sempre foram freqüentadores assíduos deste fascinante campo de estudos que poderia ser chamado de "História das Vidas Humanas".

A velha pergunta, que indaga se uma biografia é História ou Literatura, certamente jamais será respondida de maneira única e definitiva. Com algumas variações, é uma indagação tão antiga quanto o gênero, e que desde a Antigüidade desperta polêmicas tão acirradas como hoje. Políbio pretendeu demarcar bem a fronteira: a História devia buscar a síntese, a sobriedade do estilo, o registro da verdade desvencilhado da ornamentação ilusória; a Biografia poderia investir na narrativa dramatizada, possuir um estilo mais livre e conseqüentemente um compromisso menor com a verdade. Por outra parte, acreditando que o que havia de mais verdadeiramente humano escondia-se precisamente na alma individual, Plutarco dedicou-se por inteiro a este

gênero que havia sido desprezado por Tulcídides. Na verdade, praticamente inventou um novo gênero: a biografia comparada, ou o que ele chamou de “vidas paralelas”.

A polêmica atravessa a Idade Média, o Renascimento, todo o período moderno e atinge a Idade Contemporânea. Mas a partir da terceira década do século XX, o novo modo de fazer a História - doravante reconhecido como o paradigma a orientar a historiografia profissional - passa à tendência de rejeitar este gênero que estivera em alta na historiografia do século XIX. Os historiadores profissionais já não o discutem: a Biografia é banida para um limbo - para um espaço especial entre a História e a Literatura que será pouquíssimo frequentado pelos historiadores acadêmicos. E, apesar disto, a despeito do desprezo dos historiadores profissionais de novo tipo, talvez nunca tenham sido escritas tantas biografias como neste século. Literatos e diletantes invadem prazerosamente este antigo domínio historiográfico, abandonado pelos pregadores dos *Annales* e dos novos marxismos da primeira metade do século XX.

Mas a partir das últimas décadas do século XX, depois das quatro décadas de quarentena, os historiadores profissionais retomam o gênero. De novas maneiras, eles dirão. Agora os mais variados sujeitos históricos merecem ser biografados: não apenas os heróis e as grandes individualidades políticas, mas também os indivíduos anônimos que jamais sairiam dos arquivos empoeirados se de lá não os tivessem arrancado os historiadores - um moleiro herético, um padre exorcista de segundo plano, um impostor que se faz passar por um marido desaparecido até ser desmascarado, e que carrega em sua própria vida um enredo tão novelesco que se tornou matéria prima para uma produção cinematográfica.

São estes os novos biografados da Micro-História (se é que é possível chamar de “biografia” a uma prática que não pretende se concentrar no indivíduo examinado em si mesmo, mas apenas se valer dele para examinar o seu 'em torno'). De fato, a estes indivíduos cuidadosamente escolhidos, a Micro-História pretende tratá-los como pequenos fragmentos privilegiados para através deles perceber realidades mais amplas, ou pelo menos para estudar problemas históricos ou sociais específicos. Do moleiro herege, como já vimos anteriormente, Carlo Ginzburg almeja perceber algo sobre as trocas culturais, sobre o diálogo de culturas que transparece através dos detalhes de um processo de Inquisição (GINZBURG, 1989). Do impostor que toma o lugar do marido de uma obscura camponesa do

século XVI, a historiadora Natalie Davis (1987) extrai um diversificado panorama da vida camponesa de sua época, do seu cotidiano aos seus modos de sentir. Do padre exorcista, o micro-historiador italiano Giovanni Levi (2000) pretende extrair variados elementos para a compreensão da economia das sociedades rurais do Antigo Regime, das suas hierarquias sociais e estratégias de ascensão e enriquecimento, dos saberes mágicos oriundos da cultura popular, do imbricamento destes saberes mágicos com a medicina taumatúrgica daqueles meios rurais.

Tal como nos ensinam estes exemplos, deve-se ter sempre em vista que o interesse micro-histórico no estudo de caso ou no fragmento de vida que se examina é conquistar um acesso a aspectos que, embora não visíveis a uma primeira aproximação, têm uma existência real e cujo desconhecimento comprometeria a efetiva compreensão de um problema mais geral. Giovanni Levi, em entrevista concedida em Costa Rica, oferece como exemplo o clássico problema das “migrações” (2002). Se queremos ultrapassar o questionamento meramente quantitativo (quantos migram?), deveremos começar a fazer a pergunta certa: “quem migra?”. Enquanto a pergunta sobre quantos migram pode não ser uma pergunta necessariamente interessante para o historiador (ela pode mesmo, se ficar nisso, dar uma imagem totalmente distorcida do problema), já as perguntas “quem migra?” e “quem não migra?” tornam-se necessárias em todos os casos. Mas para começá-las a responder é preciso descer às vidas. É preciso ir, por exemplo, ao âmbito da família, aos ciclos da vida familiar, às redes de solidariedades locais. Um caminho, poderíamos acrescentar, seria o de seguir o indivíduo no interior de suas trajetórias familiares e comunitárias. “Biografar” talvez não fosse a palavra exata para este estudo de uma vida com objetivos bem definidos, mas como não existe um verbo substituto poderemos empregá-lo sem maiores problemas.

Tal como assinala Levi, é aqui que entra o problema fulcral da ‘escala de observação’, empregada não como uma redução por si mesma, mas como uma redução de escala que visa uma finalidade específica - a de examinar um problema mais geral, mais extensivo. Deve-se ter uma consciência especial do que significa aqui “generalizar”. Generalizar para a Micro-História não é “equalizar”, ou reduzir a complexidade. Para o micro-historiador, generaliza-se nas perguntas, mas não nas respostas. Admitir a riqueza e a complexidade da vida humana não impede, contudo, a possibilidade de alcançar uma extensão maior no conhecimento essencial a respeito da vida social. Retomando a metáfora do microscópio proposta por Levi, examina-se o “micróbio” não para

entender propriamente o micróbio, mas sim para entender a enfermidade:

“En este sentido, la discusión de la reducción de escala es fundamental. Es imposible estudiar al microbio sin el microscopio. El microbio puede matar, como puede ser el caso de la peste bubónica, pero si no lo observas a través del microscopio no puedes entender cómo se causa la peste. Al percibir el microbio puedes generalizar y entender la enfermedad” (LEVI, 2000).

Esta colocação é fundamental, pois contribui para desfazer determinados mal-entendidos a que já nos referimos antes. Conforme alerta Giovanni Levi, muitos pensam que a Micro-História significa estudar coisas pequenas, mas na realidade ela analisa coisas grandes:

“muchos italianos piensan que micro historia es historia local, debo decir que esto es una locura total. Para ellos uno puede estudiar una comunidad o la historia de una persona, a lo mejor alguien con un mal patológico y presentan su trabajo como micro histórico sin serlo. Justamente, un amigo mío, un historiador español, Jaime Contreras, ha llamado a esa historia, la historia basura. Me parece que hay que diferenciar entre micro historia y la historia basura, o la historia pequeña que no es interesante por que no es generalizable. Es decir aquella micro historia que busca a través del microscopio las formas” (LEVI, 2000).

O que podemos extrair da entrevista de Levi para a compreensão destas “biografias” de novo tipo é bastante claro: não se trata de estudar qualquer pessoa por qualquer motivo. Estuda-se através de uma vida com vistas a enxergar mais longe, mais profundo, mais densamente, de maneira mais complexa, ou porque o estudo desta vida permite enxergar a vida social em sua dinamicidade própria, não excluindo os seus aspectos caóticos e contraditórios. O “indivíduo qualquer” é um “qualquer” cuidadosamente escolhido (estamos muito longe da prática da amostragem). Escolhemo-lo porque ele nos dá acessos aos problemas que nos interessam, ou porque as fontes em torno deste indivíduo concentraram-se de determinada maneira. Podemos estudá-lo por ele ser “demasiado comum” ou por ele ser estranhamente incomum, não importa. As perguntas que faremos a esta ou àquela vida é que nos dirão se a escolha é menos ou mais adequada.

Outro aspecto remarcável é que a vida a ser escolhida pelo micro-historiador não se desenvolverá de maneira autônoma, “biográfica” no mal sentido. Ela ocorre no interior de uma configuração relacional. Micro-historiadores como Giovanni Levi têm procurado trabalhar de

maneira muito específica com o conceito de “configuração social”. A configuração social não é feita de coisas ou aspectos imobilizados, mas sim de relações que envolvem todos os seus protagonistas. Quando modificamos algum de seus elementos, modificamos a totalidade das relações.

Esta noção é muito importante para compreender o modo como o micro-historiador trabalha o gênero biográfico. Uma vida não existe por si mesma, suspensa teleologicamente e tendente a um destino, de modo que o que ocorre em torno são personagens coadjuvantes e situações de apoio que apenas confirmam ou reforçam os caminhos mais ou menos autônomos desta vida. Não existem propriamente as vidas coadjuvantes, pois todas elas desempenham um determinado papel na configuração relacional mais ampla. Posso tomar um “biografado” como ponto focal, mas ele não se destaca de forma alguma do meio em que vive, da configuração social dentro da qual ele estabelece múltiplas relações. Por isto, o micro-historiador está atento a tudo: um pequeno ponto pode ser importante para dar um sentido maior a uma determinada configuração social. Quando se estuda o indivíduo, estuda-se a sua comunidade, a sua localidade, ou, conceitualmente falando, a sua configuração social - mesmo que se tenha escolhido o caminho metodológico de acompanhar uma trajetória individual, neste caso necessariamente imbricada e inter-relacionada com outras trajetórias. É neste sentido que, conforme assinalamos atrás, a Biografia torna-se para o historiador uma 'abordagem', e não um 'domínio' ou um mero gênero. Ela é o meio escolhido pelo historiador para compreender uma determinada configuração social.. Um caminho para fora, e não para dentro da vida do indivíduo.

Por fim, algo que costuma distinguir algumas das biografias que são produzidas no âmbito da macro-história tradicional das produzidos no seio da abordagem micro-históricográfica é que, neste último caso, procura-se enxergar mais de perto a liberdade dos indivíduos no interior dos grandes sistemas normativos que o envolvem. Como indica Giovanni Levi na entrevista atrás mencionada, “o poder deixa sempre uma margem de liberdade, uma margem que cria uma 'intersticialidade' e a possibilidade de mover-se entre as contradições dos sistemas normativos”. O indivíduo não é inteiramente determinado de fora, nem constrangido sem margens de ação pelo sistema que o envolve. Não se trata de resgatar aqui o antigo modelo do século XIX para a biografia dos grandes indivíduos, onde estes moviam a História com a força do seu

gênio e da sua ação. Mas não se trata também de cair no modelo oposto, da sobredeterminação absoluta, que move o indivíduo ou que o constringe de maneira imperiosa. As pesquisas em Micro-História têm levado precisamente à percepção das estratégias que os indivíduos desenvolvem nos sistemas que os comprimem, à compreensão das suas negociações, da sua inventividade realizada através da vida cotidiana e das práticas sociais.

De uma maneira geral, é o que se poderia dizer a respeito da abordagem micro-históricográfica da Biografia. Com relação às fontes apropriadas para estas biografias de novo tipo (ou para estes estudos micro-históricográficos de vidas anônimas) são frequentemente processos criminais, inquéritos, registros da inquisição - documentos que têm por característica proeminente o rastreamento obsessivo e rigoroso de detalhes, a exposição de contradições reveladoras, o registro de minúcias, de tudo o que possa incriminar ou absolver, expor o réu na tentativa de tornar transparentes os seus pensamentos, os seus hábitos, o seu cotidiano mais inconfessável. Usam-se também os diários íntimos, as correspondências pessoais, os livros de notas que geralmente só aparecem nos períodos menos recuados (a não ser para o caso de pessoas com um mínimo de notoriedade), e que também fornecem flagrantes excepcionais pelo simples fato de que em geral não foram escritos com a intenção de serem lidos senão pelo seu próprio autor, ou no máximo por um interlocutor para o caso das correspondências.

Para registrar exemplos brasileiros de estudos biográficos elaborados de acordo com os parâmetros da Micro-História, poderemos citar a biografia de Luiz Mott sobre *Rosa Egípcia, uma ex-escrava do Brasil Colonial* (1992), ou a obra de Eduardo Silva intitulada *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor* (1997). Este último utiliza o estudo de caso em torno de uma trajetória individual para apreender precisamente o cotidiano dos ex-escravos na transição do antigo sistema colonial-escravocrata para o âmbito capitalista, fundado exclusivamente nas relações de inclusão e exclusão em torno do trabalho assalariado - este mundo que tem significativas dificuldades de acolher os egressos do sistema antigo. Trata-se de perceber, através deste fragmento que é uma vida humana, não apenas o cotidiano do grupo social de ex-escravos na passagem para o novo século, mas também a sua ambiência mental e as relações com os demais grupos sociais. Na verdade, o "biografado" é escolhido precisamente por ser um ponto fulcral para a percepção destas relações, já que se apresenta como uma espécie de ponte mediadora entre

elementos dos novos grupos dominantes e os ex-escravos que a custo vão sendo absorvidos pelos novos regimes de produção, quando não permanecem à margem.

Para além das biografias de indivíduos sem importância política em sua época, e que por isto mesmo se tornam reveladores de aspectos que não poderiam ser percebidos através das fontes tradicionais, também retornam nas últimas décadas do século XX as biografias de indivíduos ilustres. Jacques Le Goff biografa São Luís (1999) e escreve artigos sobre São Francisco de Assis (2001); Georges Duby constrói uma narrativa em torno da vida de *Guilherme Marechal* (1988), com o fito de compreender a vida cavaleiresca na Idade Média; Christopher Hill, com *O Eleito de Deus* (1970), aborda a vida de Oliver Cromwell (2001).

Agora, estes indivíduos que foram proeminentes nas suas épocas oferecerão suas vidas não para o enaltecimento de sua memória ou para o deleite de leitores interessados em curiosidades históricas e na vida dos grandes homens. Suas vidas serão matéria prima para uma “biografia-problema”, tornar-se-ão índices de uma significação histórica mais ampla. É assim, por exemplo, que Christopher Hill trata o seu eleito de Deus. O calvinismo que ele vê refletido e refratado através do seu fragmento humano “Oliver Cromwell” é mais do que um credo - trata-se na verdade de uma cosmovisão que abrange todas as áreas da vida, e que dota os seus portadores de um sentido especial que eles mesmos imputam à sua existência. É a apropriação deste sentimento e desta cosmovisão no elan revolucionário do movimento puritano na Inglaterra do século XVII o que ele pretende captar, e não a mera singularidade humana de Oliver Cromwell. Hill está precisamente interessado nas complexas tensões que permeiam a relação entre o indivíduo e a sociedade, mas que não são exclusivas do carismático líder da revolução puritana:

“comentou-se amiúde o aparente paradoxo de um sistema baseado na predestinação e que suscita em seus adeptos uma ênfase sobre o esforço e a energia moral. Uma explicação para esse fato postula que, para o calvinista, a fé se revela por si mesma através das obras e que, portanto, o único modo pelo qual o indivíduo poderia ter certeza da própria salvação seria examinar cuidadosamente seu comportamento noite e dia, a fim de ver se ele, de fato, resultava em obras dignas de salvação (...). Os eleitos eram aqueles que se julgavam eleitos, pois possuíam uma fé interior que os fazia sentirem-se livres, quaisquer que fossem suas dificuldades externas” (HILL, 2001: 205)

Através de Cromwell, o que Hill procura resgatar é o perfil destes indivíduos que na sua época aceitaram o calvinismo e o inseriram tanto em sua vida cotidiana como em uma prática revolucionária, transformando-se em um grupo social através de uma rede de identificações mútuas e reciprocidades. A maneira como a crença em uma missão junto a Deus entretece a vida nos seus múltiplos aspectos e a revolução encaminhada por estes homens - eis o objeto criativamente construído através desta “biografia” (se é que poderíamos chamá-la assim). Em certo sentido, e por paradoxal que pareça, Cromwell está interessando aqui não tanto pela sua singularidade política, mas pelo que ele tem de comum em relação a outros homens, pelo que ele revela das tensões psicológicas e sociais de sua época, pelo que ele dá a perceber com relação a determinadas práticas sociais. É verdade que Cromwell permite um acesso privilegiado a estes múltiplos elementos, em virtude da sua posição de liderança beneficiar-se de maior iluminação histórica e dos registros que deixou através de suas atividades revolucionárias. Mas o historiador aproveita-se desta posição mais iluminada precisamente para visualizar um extrato mais amplo da sociedade e a sua inserção em uma dinâmica específica.

Esta oportunidade de aproveitar a especial iluminação de que se beneficia o indivíduo biografado é portanto fundamental no novo estilo de biografar dos historiadores profissionais. Os micro-historiadores, vimos atrás, escolhem indivíduos anônimos, sim, mas que por uma circunstância específica acham-se especialmente iluminados (por exemplo, por um processo inquisitorial ou judicial que lhe rastreia todos os passos e que lhe dá uma voz especial que ele não teria na sua vida cotidiana de indivíduo comum). Por um caminho complementar, é também um pouco de luz especial o que buscam os historiadores que escolhem o chamado 'personagem-chave', de importância política reconhecida na sua época e que por isto deixou maiores registros. Assim em uma entrevista em que fala das biografias que escreveu, Jacques Le Goff expõe com tranquilidade as razões de sua escolha:

“Por outro lado, acho que só se pode escrever uma boa biografia se esta for sobre um personagem de quem se acredita ser capaz de chegar bem perto. Pois bem, antes do século XIII a ausência de fontes confiáveis tornava essa empreitada impossível. Decidi então ficar no século XIII, onde três personalidades se destacavam não apenas por sua importância, mas sobretudo por causa das fontes disponíveis sobre eles: São Francisco de Assis, o imperador germânico Frederico II e São Luís” (LE GOFF, 1996).

O problema central, como assinala Jacques Le Goff, é o das fontes. A biografia tem de ser coberta por muitos lados, tem que dar a perceber aspectos da vida pública e da vida privada, tem de trazer à tona os gestos teatralizados do indivíduo proeminente, mas também os seus gestos espontâneos. Tanto um tipo de gesto como o outro - o teatralizado e o espontâneo - são reveladores de práticas e representações específicas. Em seguida à oportunidade especial oferecida pelas fontes, Le Goff acrescenta um segundo aspecto fundamental para as novas escolhas biográficas: um problema adequadamente colocado.

“Sobre os dois primeiros [São Francisco e Frederico II] já existem ótimos estudos, portanto São Luís logo se impôs. Mesmo porque a maior parte das numerosas biografias feitas sobre ele nos últimos vinte anos não me parecem atender suficientemente as exigências de rigor histórico. Duas obras no entanto, de grande qualidade e publicadas nos anos 80 por dois historiadores, um americano, Edil Jordan, o outro francês, Jean Richard, eram exceção. Mas, nem um nem outro colocou a si mesmo a pergunta quanto ao indivíduo (e contrariamente às idéias recebidas, a noção de indivíduo emerge no século de São Luís), e todos dois haviam centrado mais ou menos seu estudo nas cruzadas. Sem negar sua importância na vida de São Luís, eu não acho que as cruzadas tenham sido o grande pensamento de seu reinado. Do ponto de vista da historiografia, achei portanto que o terreno estava livre” (LE GOFF, 1996).

Assim, Le Goff delinea com muita precisão um problema que acompanhará em contraponto a sua construção biográfica, que é o da “emergência do indivíduo” - ou a emergência de uma nova maneira de conceber o indivíduo - no século XIII. Em seguida, o historiador francês explicita simultaneamente a ordem de dificuldades que deve acompanhar o historiador-biógrafo e um programa ou estilo de biografar, que se refere àquele ir-e-vir entre a vida individual e a vida coletiva que já fizemos notar para o caso da biografia realizada por Christopher Hill. Ouçamos as próprias palavras de Jacques Le Goff:

“Fiel à concepção de história-problema da Escola dos Anais, minha primeira dificuldade consistiu em definir uma problemática que me permitisse apreender o indivíduo São Luís em interação com a sociedade do século XIII, evitando o que o sociólogo Pierre Bourdieu chamou de a “ilusão biográfica”, que pretende que se considere a vida de um grande homem como alguém com um destino já traçado, excluindo as eventualidades da vida. Eu, ao contrário, limitei-me a mostrar as hesitações, as decisões e os momentos cruciais da vida de São Luís, a partir da sua infância de rei. Porque se o homem constrói sua vida, ele também é construído por ela.” (LE GOFF, 1996).

Colocar-se em guarda contra a tendência em enxergar o grande indivíduo de maneira teleológica (como um caminho que aponta já para um fim que está previamente inscrito na cabeça do historiador, antes mesmo que ele comece a biografar) é portanto um alerta que deve acompanhar o biógrafo, pelo menos se ele pretende efetivamente realizar uma biografia múltipla e verdadeira (e que por ser múltipla e verdadeira deve ser, de certo modo, tão contraditória como a própria vida). Da “ilusão biográfica”, o historiador deve passar ao enfrentamento da ilusão das fontes - porque também elas impõem a sua teleologia, sobrepondo-a à teleologia que o historiador pode trazer espontaneamente antes de iniciar o seu trabalho:

“Foram as fontes, na verdade, que representaram as principais dificuldades de meu trabalho de historiador, e isso por causa de sua própria natureza. De fato, uma grande parte dos documentos disponíveis sobre São Luís é de caráter hagiográfico ou normativo. Através de São Luís pinta-se mais o retrato do rei que ele deveria ter sido do que o que foi realmente, como em *Les Miroirs des Princes*, textos que nos informam mais sobre a concepção do soberano ideal do que sobre a verdadeira personalidade dos reis. As qualidades e os fatos atribuídos a São Luís - freqüentar os pobres e os leprosos, oferecer numerosas esmolos, etc. - são assim atribuídos a outros reis. No entanto, eu tive algumas vezes a impressão de cair em detalhes suficientemente concretos de sua vida cotidiana para dizer: é ele finalmente. Mas mesmo aí eu tive surpresas desagradáveis” (LE GOFF, 1996).

Existe portanto um perigo que espreita o biógrafo dos personagens ilustres, e que já o biógrafo dos personagens anônimos pode facilmente contornar. O indivíduo célebre - um rei, um líder, um santo - tem despejada sobre a sua memória, que vai se construindo já no seu próprio tempo, uma espécie de luz falsa (ou um feixe de luzes falsas). O indivíduo que nasce na notoriedade, ou que a adquire em função de alguma situação-limite, começa a ser construído coletivamente em paralelo à sua existência física e concreta. As fontes nos dão os sinais precisamente desta construção. Elas são a parte mais visível desta construção.

Mas o historiador-biógrafo pode se beneficiar precisamente deste caráter construtivo, desde que esteja dela consciente. Ele pode se valer, como fontes, dos trabalhos dos biógrafos da época, que são co-responsáveis (conjuntamente com toda a coletividade) pela construção do indivíduo imaginário que chega até o historiador através dos arquivos. Assim, também Jacques Le Goff teve o seu interlocutor nesta empreitada:

“Em primeiro lugar, os textos laudatórios não escondiam, apesar de tudo, alguns de seus defeitos. Nós sabemos, principalmente graças às confidências de seu confessor, dispensado do segredo da confissão para o processo de canonização, quais eram as tentações de São Luís e como ele lutava para não sucumbir a elas! Uma série de historietas revelam-nos o temperamento de um homem muito voltado para a carne, dividido entre a tentação e o escrupuloso respeito às proibições da Igreja... Em seguida, nós dispomos do testemunho mais do que excepcional de um companheiro próximo do rei, Jean de Joinville, autor de *Uma História de São Luís*” (LE GOFF, 1996).

Identificar a posição do biógrafo-fonte em relação ao seu biografado é um procedimento primordial para o historiador. No caso que tomamos para exemplo, existia precisamente uma proximidade que poderia ser aproveitada pelo historiador - uma “relação” entre o biógrafo-fonte e o biografado, que nem sempre ocorre, mas que quando ocorre deve ser bem aproveitada pelo historiador:

“Joinville foi o primeiro não-religioso a escrever sobre a vida de um santo, ainda por cima em língua vulgar, ou seja em francês e não latim. Como freqüentou o círculo mais íntimo de São Luís, Joinville foi uma testemunha privilegiada de sua vida cotidiana. Embora tivesse uma grande admiração pelo rei, Joinville sabia ao mesmo tempo julgá-lo e não hesitava em repreendê-lo quando achava, por exemplo, que o rei se comportava mal com sua mulher. O título da obra demonstra aliás essa distância tomada pelo autor em relação ao assunto. Esse documento permitiu-me assim chegar ao indivíduo, o que chamei de “verdadeiro” São Luís, e de “trazer” junto com ele uma grande parte da sociedade e dos problemas de sua época” (LE GOFF, 1996).

Percebe-se aqui que, além de biografar o personagem-foco, o historiador deve como que biografar os biógrafos-fontes, identificar o lugar de produção em que se encontravam os homens que registraram as primeiras construções do personagem na sua própria época. Pode ser que o historiador veja-se levado a construir um conjunto de entremeados biográficos: o biografado principal acompanhado de uma pequena órbita daqueles que foram os responsáveis pela construção de sua imagem na própria época.

Munido dos elementos para resgatar o indivíduo por trás da pele imaginária, o historiador não descuidará contudo de aproveitar-se dele como fragmento privilegiado para a percepção do coletivo. Só assim o historiador começa a sobrepor à mera vida individual - mesmo que seja a

vida de uma pessoa ilustre que possa eventualmente interessar a inúmeros leitores - aquilo que efetivamente terá uma significação histórica hoje em dia, de acordo com os atuais parâmetros historiográficos:

- “São Luís foi beneficiado em vida por um extraordinário prestígio, que repercutiu por toda a França. Ele se baseava, acredito eu, em três coisas. Em primeiro lugar, num inegável carisma de chefia, retomando a noção do sociólogo alemão Max Weber. As pessoas que o encontravam eram atingidas por essa aura que o envolvia, em parte de forma física, e que sua devoção contribuía, sem sombra de dúvida, para aumentar. Mas os dois traços de sua personalidade mais impressionantes, ainda hoje, residem em seu apetite pela justiça e na sua paixão pela paz. Constantes no Ocidente desde o ano 1000, essas aspirações concretizam-se finalmente sob o reinado de São Luís. Sua vontade de pacificar o reino sucede a movimentos populares contra o poder feudal e senhorial, que repousa na violência e na guerra. São Luís era, por essas razões, o que se poderia chamar de consciência da cristandade” (LE GOFF, 1996).

São Luís mostra-se aqui, portanto, a sede de uma expressão coletiva. Os movimentos pela paz (a “paz de Deus”), em um jogo de tensões com os movimentos pela guerra (as cruzadas), falam eloqüentemente através dele. São Luís, tanto o indivíduo concreto como o indivíduo imaginário, mostra-se aqui como construção de uma época - produto de um trabalho coletivo que deve ser decifrado pelo historiador. É aliás este tenso diálogo entre a paz e a guerra que Jacques Le Goff se permite recuperar, porque ele é um diálogo que se projeta dentro de São Luís mas que, na verdade, corresponde a um diálogo que é inerente à sua própria sociedade:

- “Na época, fazer a paz entre cristãos e partir em cruzada contra os “infieis” não parece ser absolutamente contraditório. É preciso lembrar que São Luís está profundamente impregnado pela concepção cristã de guerra definida por Santo Agostinho. Segundo este, é justa toda guerra feita aos pagãos ou que vise restabelecer a justiça onde existir injustiça (invasão territorial, por exemplo). Aliás, é unicamente neste caso que Santo Agostinho admite a guerra entre cristãos. E finalmente, para limitar as guerras, Santo Agostinho pretende que elas dependam da ordem política, ou seja do Príncipe, único a ter o direito de declarar a guerra e fazer a paz. Uma idéia que inspirará muito São Luís. Ao abolir a guerra entre os fidalgos, mais uma vez ele acerta em dois alvos: pacifica o reino e fortalece consideravelmente o poder real” (LE GOFF, 1996).

Vemos aqui como se cruzam todas as grandes questões da época no interior do biografado. No caso, a desfeudalização, a centralização estatal, as aspirações imaginárias da cristandade pela paz, a construção e o monopólio de um novo sentido de justiça, a oposição e a alteridade em relação ao inimigo muçulmano - sem falar na intertextualidade que se derrama sobre os modos de pensar a política e a vida a partir de Santo Agostinho ... todos estes fios encontram o seu lugar nesta trama.

“finalmente, partir em cruzada também significa para São Luís uma maneira de perpetuar a tradição de seus ancestrais, os reis cristãos, que remonta a 1095. Suas outras motivações são de ordem religiosa, porque São Luís teve uma visão da cristandade que compreende, do ponto de vista territorial, a Europa, onde o cristianismo se instalou, mas também a Terra Santa, local de suas origens e da presença mística do Cristo. Ao mesmo tempo em que São Francisco de Assis preconiza na Terra Santa uma cruzada pela palavra, São Luís realizará uma cruzada militar. Entretanto, no momento da entrega aos muçulmanos do resgate que deveria libertá-lo, São Luís havia obrigado os de seu círculo a entregar-lhes uma quantia espertamente retirada no momento da transação. Um senso de justiça quase universal para a época...” (LE GOFF, 1996).

Construir uma biografia, desta forma, remete à necessidade de não apenas instaurar um diálogo entre o indivíduo e a sociedade de sua época, mas também de dar voz aos diálogos que atuam na própria constituição do indivíduo que vai sendo biografado. Este indivíduo também constrói a si mesmo a partir destes diálogos, e reconstruí-los também faz parte do trabalho do historiador. O indivíduo biografado, enfim, é ponto de encontro de muitos imaginários, de muitas práticas e representações, de intertextualidades diversas, e tudo isto se agita no redemoinho formado tanto pelas circunstâncias como pelos grandes processos históricos e coletivos, de média ou de longa duração. A biografia sobre São Luís realizada por Jacques Le Goff é representativa, postulamos, de um modo novo de biografar que é o da atual historiografia profissional.

Mergulhadas e produzidas neste novo *modus operandis*, as biografias de personagens-chaves da história, portanto, têm na atualidade um novo sentido que antes não comportavam. Assim mesmo, apesar desta nova função da biografia-problema na produção historiográfica profissional, continuarão sendo produzidas em quantidade as biografias de grandes homens no estilo antigo.

Jacques Le Goff queixa-se da proliferação destas biografias superficiais e anedóticas que concorrem com as novas biografias-problema - biografias “incapazes de mostrar a significação histórica geral de uma vida individual” (LE GOFF, 1989).

Com relação ao estilo, as novas biografias clamam por novos modos de narrar e por novas possibilidades de perceber a natureza humana. Pierre Bourdieu, ao falar sobre a “ilusão biográfica”, chama atenção para o fato de que mesmo as biografias elaboradas no seio da historiografia profissional descrevem a vida individual ainda de maneira demasiado linear, como um simplificado caminho teleológico que comporta “um começo (uma estréia na vida), etapas e um fim, no duplo sentido de termo e de objetivo” (BOURDIEU, 1986: 62-63).

Pergunta-se pela multiplicidade de “eus” que cada um esconde dentro de si, pelos diversos papéis que qualquer indivíduo precisa desempenhar na sua vida social multidiversificada, pelas suas incoerências, pelas várias histórias que atravessam a sua vida sem convergirem necessariamente para o mesmo fim. Pergunta-se pelos vários projetos interrompidos que fazem de todo homem um “projeto inacabado”, como diria Jean-Paul Sartre, e que nas biografias tradicionais têm as suas arestas aparadas para encontrar uma coerência em um enredo central, ou que simplesmente são esquecidos quando se rebelam contra o pensamento centralizador do biógrafo.

Esta multiplicidade de eus que a psicanálise já examina, e esta fragmentação da unidade individual ou mesmo o desaparecimento do sujeito, que a moderna filosofia toma como um de seus objetos privilegiados ... eis aí um universo de possibilidades que a literatura moderna já explora, mas que a historiografia contorna em biografias que, embora já problematizadas, continuam por vezes a serem teleológicas, portadoras da moral única que orienta a trama, de um roteiro que apaga as incoerências internas e as muitas vidas dentro da vida.

De qualquer modo, o antigo gênero e domínio historiográfico retorna anistiado para o bem vigiado universo da historiografia profissional. Boas biografias históricas continuarão a abundar na nova produção historiográfica, mas também na literatura histórica mais romanceada, e em um caso ou outro teremos sempre um gênero que atrairá a atenção do público leitor. Leitores de vários tipos e competências culturais poderão se comprazer com biografias extremamente sofisticadas como a de Le Goff sobre *São Luís*, ou como a de Christopher Hill sobre Oliver Cromwell. Mas também o leitor interessado em um

outro tipo de curiosidades históricas poderá sempre se deleitar com um farto material continuamente presente na literatura produzida nestes dois últimos séculos, como alguma obra sobre *A Vida Amorosa de D. Pedro I* ou coisas do gênero.

\*

Será oportuno encerrar esta reflexão sobre os domínios historiográficos e este ensaio chamando atenção, mais uma vez, para o fato de que - como qualquer campo de saber - a História está fadada a permanentes transformações no interior do seu espaço disciplinar. Os rearranjos internos serão sempre possíveis. E mais, o que está dentro da História um dia, como objeto de estudo possível, pode se ver repellido para o seu exterior no outro dia. Será eficaz, para retermos uma maior compreensão acerca das variâncias da disciplina historiográfica, retomar um célebre trecho de *A Ordem do Discurso*, onde Michel Foucault esclarece como ninguém o que é uma disciplina (em geral):

“uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele” (FOUCAULT, 1996: 30)

Este sistema anônimo, contudo, como faz notar Foucault logo adiante, está em permanente mutação porque é aberto a expansões - na verdade ele *depende* para existir de desencadear expansões. Conforme ressalta o filósofo francês, “para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 1996: 30).

É no entanto existe um incessante jogo entre o interior e o exterior da disciplina, e entre um campo de estudos e o seu campo de objetos. A História (campo de conhecimento) jamais será constituída por tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a História (campo dos acontecimentos). Para que uma proposição pertença à disciplina “História” de uma época, é preciso que ela responda às condições desta disciplina tal como a definem ou definiram os seus praticantes de então. A História, como qualquer outra disciplina, estará sempre repellido para fora de suas margens determinado conjunto de saberes, proposições e domínios que em momento anterior poderiam ter estado ali, e que em um momento subsequente da história dos saberes e dos discursos já não estão. Ou, como registra Michel Foucault para todas as disciplinas científicas em geral:

“O exterior de uma ciência é mais ou menos povoado do que se crê: certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória; mas, talvez, não haja erros, em sentido estrito, porque o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida; em contrapartida rondam monstros cuja forma muda com a história do saber. Em resumo: uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina [...]” (FOUCAULT, 1996: 30)

A disciplina História atrai e repele objetos, domínios, proposições, métodos, práticas, representações. Houve um tempo em que a hagiografia caía dentro da História, em que Deus conduzia a História. Depois, no século XVIII, a História tende a se tornar imanente entre os historiadores profissionais. Deus sai da História, e a deixa aos homens - ou, se ele permanece na História, como ocorre com vários dos historiadores do século XIX, é como uma grande sombra providencial que age através dos homens (mas não mais de milagres). Com o Iluminismo, o mundo extrafísico ou sobrenatural parece ter sido definitivamente repellido para fora da História. Voltará um dia? Atualmente, não se escreve uma história dos fenômenos paranormais. Quem quer que queira historiar estes fenômenos terá de fazê-lo do exterior histórico, já que este não é um dos assuntos de que tratam os historiadores profissionais. Outros tantos exemplos poderiam ser dados. Os historiadores escrevem a História das Ciências, dos saberes jurídicos, da Medicina, da Psiquiatria - mas quem historia a Astrologia são os astrólogos (os historiadores só o fariam para avaliar socialmente ou culturalmente as suas representações, para indagar pelas ideologias que se escondem por trás das representações astrológicas, e assim por diante).

Há os exemplos políticos. O Nazismo entrou na história como monstro - quem quiser historiá-lo com maior simpatia terá dificuldade em fazê-lo no interior dos círculos historiográficos ocidentais. Deverá fazer isto do seu exterior, como simpatizante de uma doutrina. Isto porque, na historiografia ocidental, o Nazismo é estudado no corpo dos estudos dos autoritarismos, dos fanatismos, das patologias sociais, da violência. Não se estuda, por exemplo, a Arte Nazista, a não ser ligada a um destes aspectos.

Um exemplo não muito distante de proposições que até então caíam como luvas para o campo histórico, e que hoje são repelidas enfaticamente, refere-se ao circuito da “evolução” e do “progresso”.

Com os desenvolvimentos antropológicos, e com o auto-reconhecido descentramento do homem europeu, já não se admite falar no campo da historiografia profissional em “evolução de sociedades” (com aquele sentido próximo ao darwiniano). Também já não se fala no “Espírito da Nação”, que teria animado as narrativas nacionalistas de historiadores como Ranke ou Jules Michelet nos idos do século XIX. Estas proposições estão atualmente em baixa - ou melhor, estão como que fora da órbita do campo histórico.

Exemplo mais recente de idas e vindas, agora já relativo a uma das antigas especialidades da História, é o campo da História das Civilizações. Com Arnold Toynbee (1953), este domínio parecia ter conhecido o seu último grande investimento. No final do segundo milênio, ele parece querer voltar com toda a força, pelo menos a julgar pelo impacto de *O Choque das Civilizações* de Samuel P. Huntington (2000).

Exemplo importante de resgate de um domínio ou de uma prática historiográfica - que, depois de ter sido expulsa da órbita da historiografia profissional pela ojeriza ao factual dos anos 1930, começa a ser atraída de novo pela sua gravidade - é este gênero que poderia ser descrito como “história de acontecimento” (a descrição de uma batalha, por exemplo). O primeiro sinal foi dado por Georges Duby, quando aceitou em 1968 escrever um livro sobre o *Domingo de Bouvines* (famosa batalha na história da Idade Média francesa). O seu prefácio para esta obra é precisamente uma justificativa para a sua aceitação, como historiador profissional, em retomar este gênero (DUBY, 1993).

Para pontuar com um último exemplo de domínio que veio à tona, é bastante lembrar que a História da Loucura só começou a ser historiada recentemente. É naturalmente que começou a ser historiada do ponto de vista de uma racionalidade que desde já a imobiliza, com a exceção do trabalho pioneiro de Foucault (FOUCAULT, 1978). Mas, em todo o caso, é um tema que começa a entrar na moda - a invadir a órbita do historicizável. Desta forma, o que um dia esteve no exterior histórico é hoje atraído com menor ou maior força para o núcleo historiográfico, tal como vimos acontecer com os vários objetos descontraídos ou desvendados pela História das Mentalidades, pela História Vista de Baixo, pela Micro-História. Da mesma forma, os assuntos mais amplamente tratados pela história, hoje, poderão um dia ser repelidos. Isto novamente produzirá reviravoltas nos domínios históricos, nas suas dimensões, nas suas abordagens.

Chegamos ao fim desta reflexão sobre os domínios da História e seu incessante surgimento, desaparecimento, deslocamento e mutabilidade. Para além dos domínios e campos aqui comentados, o leitor de História poderá continuar contando cada vez mais com uma multidão de novos objetos. Os domínios multiplicam-se. Tal como foi se discutiu em ensaio mais desenvolvido sobre o assunto (BARROS, 2004), a profusão de uma infinidade de domínios da História nos quais foram se especializando diversos historiadores é decorrente de um duplo processo. De um lado, lembramos que esta profusão inscreve-se na tendência dos saberes modernos à hiper-especialização crescente. Por outro lado, a chamada “pulverização da História” é a decorrência mais visível da crise dos grandes modelos explicativos e do declínio das ambições totalizadoras dos historiadores ocidentais que, notadamente na época de Fernando Braudel e em algumas das abordagens marxistas do início do século, almejavam construir exclusivamente “histórias-sínteses”.

Atualmente, a historiografia ocidental mostra-se como um grande vitral de possibilidades. Para retomar a imagem empregada no primeiro capítulo do ensaio mencionado (BARROS, 2004), vivemos a época de Clio Despedaçada. A História partiu-se em muitos fragmentos; os editores recolhem as suas migalhas para vendê-las a preço de ouro a uma multidão de consumidores que não cessam de se interessar pelos mais variados objetos historiográficos. Há os que preferem se deleitar nas sofisticadas tabelas de logaritmos que abundam nos ensaios de História Econômica, há os que preferem as aventuras cavaleirescas que os conduzirão aos castelos medievais. Há os que se interessam pelo Poder em todas as suas formas, e existem os que, confortavelmente sentados em salões de luxo, têm alguma curiosidade a respeito da história dos marginalizados. Talvez existam os leitores do sexo masculino que ainda hoje destratem suas mulheres na alcova de seus casamentos e que busquem na poeira dos tempos os seus pares na misoginia dos tempos antigos; ou que, ao contrário, achem-se perplexos diante das conquistas femininas do último século e por isto sonhem secretamente com um tempo em que os homens dominavam explicitamente as mulheres. E haverá também os que nas páginas da historiografia profissional buscarão a aventura ou as raízes de sua nacionalidade, a origem de seu pessimismo ou de seu otimismo com relação aos seres humanos, ou quem sabe um conforto para os seus medos presentes e futuros.

Estes são os leitores comuns, que consomem História como qualquer outro gênero literário. Já os historiadores vivem seus temas por vocação ou por necessidade profissional, e repartem-se naqueles que pretendem dar uma feição mais artística ao seu trabalho e naqueles que buscarão aproximá-los mais rigorosamente de um imaginário da ciência concebida de acordo com os parâmetros da racionalidade da última hora, sem contar os que esperam com o saber histórico transformar a própria História. Entre os historiadores profissionais - não há como evitar (e nem talvez porque evitá-lo) - os compartimentos se multiplicam.

Dimensões, domínios e abordagens são fundamentalmente os critérios distintivos que podem ser empregados para criar subdivisões no interior do Campo Histórico. Critérios que não se misturam, mas que eventualmente se complementam. O importante é deixar claro que as 'dimensões', 'abordagens' e 'domínios' da História articulam-se de múltiplas maneiras, e que não se trata de o historiador encontrar um compartimento para dali empreender um trabalho isolado e hiper-especializado. Muito da confusão que tem sido estabelecida em torno destas classificações decorre daquelas grandes coletâneas de artigos, escritas por diversos autores, em que são apresentados desavisadamente os diversos campos da História sem ser desenvolvida uma explicação mais sistematizada de que existem diversos critérios imissos ali envolvidos.

Outrossim, mesmo dentro das divisões geradas por um mesmo critério de coerência, é possível perceber que existem abundantemente as possibilidades de interfaces e interpenetrações, as combinações de duas ou três dimensões historiográficas, as convivências de duas ou três abordagens, seja por alternância ou por complementaridade, e por fim as ambigüidades e objetos comuns aos vários domínios. Apenas para mencionar uma última vez uma vez o problema das 'dimensões' da realidade social, existem pelo menos três delas que são extremamente complexas e de certo modo deixam suas marcas em todas as outras: a Política, a Cultural e a Social. De alguma maneira, tudo nas relações humanas é perpassado pelo "poder" nas suas múltiplas formas (macro-poderes e micro-poderes), tudo o que é humano é parte da "cultura" no seu sentido mais amplo, e o "social" pode estar identificado com a própria sociedade. De qualquer modo, a historiografia será sempre um campo complexo, que resiste às subdivisões, o que não impede que elas sejam pensadas como parâmetros mais gerais de orientação.

Por fim, resta retomar aquele alerta a que havíamos chegado na primeira parte deste texto. Ter plena clareza do solo particular em que está sendo estabelecida uma determinada ação historiográfica (uma pesquisa, por exemplo) não deve servir de pretexto a uma insuficiente hiper-especialização que por vezes é bem intencionada, mas por outras vezes é preguiçosa ou oportunista. No mundo dos especialistas, onde por vezes são convocados para receber cifras significativas aqueles que falam javanês, é uma tentação sempre presente tornar-se uma grande orelha, um grande olho ou uma grande boca, para utilizar uma significativa metáfora de Friedrich Nietzsche (1976).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *L'illusion biographique*, Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris : 1986, (62-69).

BRAUDEL, Fernando. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

DAVIS, Natalie. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [original: 1982].

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal - ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I, A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II, O Uso dos Saberes*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III, O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HILL, Christopher. *O Eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque das Civilizações*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Entrevista concedida a Hughe Salord e Anne Rapin. Ciências Humanas*, 24, 1996. [www.ambafrance.org.br/abr/label/label24/sciences/le\\_goff.html](http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label24/sciences/le_goff.html). captura: junho de 2002.

LE GOFF, Jacques. *Comment écrire une biographie historique aujourd' hui?*, Le Débat, Paris : 1989, p.49-50.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Entrevista a Juán José Marin. [historia.fcs.ucr.ac.cr/mod-his/e-levi-cost.htm](http://historia.fcs.ucr.ac.cr/mod-his/e-levi-cost.htm). Capturado em junho de 2002.

MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa negra no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zaratustra*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

SILVA, Eduardo. *D. Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TOYNBEE, Arnold. *Um Estudo de História*, Rio de Janeiro: Jackson Ed., 1953.